

## OS ESTUDOS CULTURAIS INGLESES E A IDEIA DA CORDIALIDADE NA LITERATURA BRASILEIRA<sup>i</sup>

Lilian Maria Moser<sup>ii</sup>

José Willians Simplicio da Silva<sup>iii</sup>

**Resumo:** Sob os ecos dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da *New Left*, Inglaterra, os estudos culturais encontraram guarida em várias partes do mundo, dessa forma, o presente trabalho procura discutir e analisar algumas das concepções sugeridas dentro dos estudos culturais, as quais foram sendo forjadas no contexto da década de 1950, bem como as suas dimensões na atualidade. Enfatiza ainda, importantes clássicos da literatura brasileira, buscando compreender no campo a cultura, a ideia de cordialidade na construção da identidade nacional.

**Palavras-chave:** Estudos Culturais; Cultura; Cordialidade; Pós-modernidade.

**Abstract:** Under the echoes of the work developed by the theorists of the New Left, England, the cultural studies have found shelter in several parts of the world, thus, this paper seeks to discuss and to analyze some of the ideas suggested within the cultural studies that were being forged in the context of the 1950s as well as its size today. Also emphasizes important classics of Brazilian Literature in the field trying to understand the culture, the idea of warmth in the construction of national identity.

**Keywords:** Cultural Studies; Culture; Cordiality; Post modernity.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo problematizar algumas nuances sobre o processo de construção e desenvolvimento dos Estudos Culturais. A importância em discutir esta temática justifica-se pelo fato de que num Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Estudos Culturais, a disciplina *Introdução aos Estudos Culturais* ocupa lugar estratégico, central no referido curso, sobretudo no tocante à compreensão da historicidade deles, na medida em que amplia o entendimento, como se fez e faz, de como se produz e reproduz a cultura na contemporaneidade.

Deste modo, o intuito da presente discussão é analisar o conceito de cultura no sentido de compreender que a “cultura” é um artefato construído historicamente. Ao adentrar em discussões como essas, polissêmicas que são e em todos os sentidos possíveis, um arsenal de questões relevantes é posto em cena, pois

oportuniza ao leitor um conhecimento histórico sobre as dimensões assimétricas exercidas no campo da cultura.

O texto encontra-se organizado em três partes, além desta apresentação. Na primeira, propõe analisar as discussões sobre os estudos culturais na Inglaterra, a partir das concepções de cultura desencadeadas pelos expoentes marxistas da *New Left*, Richard Hoggart, Edward Palmer Thompson e Raymond Williams. A segunda parte dedica-se a problematizar os estudos culturais no Brasil e a questão da busca pela construção da identidade nacional, na perspectiva dos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Castro Rocha, de forma a problematizar a maneira segundo a qual a ideia de uma suposta cordialidade foi colocada no cerne dos estudos culturais na sociedade brasileira. Na última parte do artigo, à guisa de conclusão, será discutida como são construídas as identidades no campo da cultura na chamada Pós-modernidade, por meio dos estudos culturais na atualidade. Além dos teóricos abordados na construção deste trabalho, cabe ponderar que estabelecemos diálogos com leituras de outros estudiosos, tendo em vista a complexidade do tema.

### **Introdução aos estudos culturais ingleses**

O enfoque teórico fornecido pelos pensadores da *New Left*<sup>iv</sup>, isto é, desenvolvidos pelos pensadores dos estudos culturais na Inglaterra, os quais foram sendo forjadas no contexto da década de 1950, trata a cultura como algo capaz de ser produzida por todos os tecidos sociais, sem restrições, ou seja, a cultura é de todos. Nessa percepção, a cultura não é algo exclusivo ou privilégio de uma determinada camada social, mas algo acessível a todas as classes sociais, inclusive, de maneira alternativa, aos grupos hegemônicos proponentes.

Dessa maneira, faz-se necessário refletir algumas concepções e nuances sobre cultura da classe popular vista pela lente dos teóricos dos estudos culturais, pois à luz dos olhos desses estudiosos é possível uma compreensão da institucionalização dos Estudos Culturais como disciplina e o pensamento de seus fundadores na Inglaterra.

Segundo Maria Elisa Cevasco (2003), no livro “Dez Lições Sobre Estudos Culturais”, o movimento teórico e político (teórico no sentido de fornecer novos

elementos para um novo campo de estudo e político porque se busca construir um novo projeto para a classe operária inglesa) sobre os estudos culturais encontram suas raízes históricas na Europa, constituindo-se numa “invenção” britânica da década de 1950 (CEVASCO, 2003, p. 7-9). O intuito desse movimento, segundo pontua a autora, foi trazer à baila ocorrências histórico-culturais que por muito tempo ficaram invisíveis nos textos de outrora (negros, mulheres, homossexuais, trabalhadores).

A partir das discussões inglesas desencadeadas no pós-guerra, os estudos culturais trouxeram consigo novos enfoques temáticos, novas abordagens e novos métodos. Faz-se importante mencionar que em cada território onde os estudos culturais ingleses têm adentrado, suas bases conceituais têm sido trabalhadas de acordo com as particularidades dessa territorialidade. A fala acima mencionada por Elisa Cevasco (2003) está em sintonia com o trabalho “História da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina”, de Angela Prysthon (2010), tendo em vista a cartografia dos estudos culturais problematizada por essa estudiosa.

Conforme argumentam Elisa Cevasco (2003) e Angela Prysthon (2010), os expoentes desses estudos foram Richard Hoggart (1957)<sup>v</sup>, em “*The Uses of Literacy*”, e Raymond Williams (2011), no seu “*Culture and Society*”. Além da produção dos intelectuais acima, completa o trio pensante dos precursores dos estudos culturais britânicos da *New Left* o historiador marxista da cultura da classe operária, Edward Palmer Thompson (1968), em seu trabalho “*The Making of the English Working-class*”.

Face às proposições discutidas por esses teóricos, balizado no trabalho de Maria Elisa Cevasco (2003), conclui-se que as concepções ensejadas revelam que “uma das grandes contribuições da *New Left* seria justamente a tentativa de, por meio do programa materialista, compreender a realidade da experiência da vida sob o capitalismo na sua feição britânica pós-imperial” (CEVASCO, 2003, p. 88).

Ainda referente às contribuições dos membros fundadores dos estudos culturais ingleses, Maria Elisa Cevasco ressalta que as suas atuações não ficaram restritas apenas ao ambiente acadêmico, pois “Além de terem escrito grandes livros, Hoggart, Thompson e Williams foram professores da Workers Educational Association (WEA), uma organização de esquerda para educação de trabalhadores”

(CEVASCO, 2003, p. 62), cuja finalidade seria defender a universalização do ensino, ou seja, uma educação pública capaz de contemplar democraticamente todas as classes sociais. Vale ressaltar que esses estudiosos, por virem de “baixo”<sup>vi</sup>, tinham uma afinada relação de proximidade com a heterogênea classe trabalhadora inglesa.

De acordo com Cevasco (2003), foi a partir da “intervenção” dessa geração de intelectuais marxistas que a cultura foi trabalhada com “seriedade”, e o reflexo disso foi o surgimento da fundação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos-CCCS, em 1964, ambiente intelectual de debates acadêmicos, vinculado ao *English Department* da Universidade de Birmigham, Inglaterra. Essa ocorrência demonstra um avanço significativo para a institucionalização dos Estudos Culturais como disciplina naquele país, posteriormente instituída em diversas universidades pelo mundo. Tendo em vista que não se podia mais encarar a perspectiva cultural sem olhar para mudanças sócio-históricas.

Os estudos de Richard Hoggart (1973) procuram problematizar a cultura da classe trabalhadora, isto é, das classes menos abastadas da sociedade (gente do povo). Suas ponderações procuram evidenciar que na cultura vista de baixo (popular) não existe apenas submissão, mas sobretudo mecanismos, formas e estratégias de resistências culturais. Assim, o campo das negociações é um lugar privilegiado entre as classes sociais.

Corroborando com o debate sobre cultura exposto por Hoggart (1973), Abreu (1999) e Priore (2000), constata-se uma aproximação dos conceitos de hegemonia, de Antônio Gramsci, e de ideologia, de Louis Althusser. Gramsci problematizou a relação de poder dicotômica, hierárquica de uma cultura sobre outra. Para ele, o campo da ideologia abre espaço para a cultura “dominada” sobreviver diante do poder hegemônico, pois os “dominados” entram no jogo de interesses do dominador para que sua cultura não seja deformada. Na percepção de Gramsci, consideramos que todas as ações políticas envolvem também relações de poder entre os sujeitos que compõem o tecido social. Louis Althusser, por sua vez, acrescentava que a ideologia é fundamental para compreender o mundo e posicionar-se diante dele, pois enxergava a sociedade como um complexo formado por várias forças determinantes – econômica, política e cultural. Dessa maneira, Gramsci e Althusser,

ao valorizarem os aspectos culturais e ideológicos da sociedade, foram importantes para as novas concepções de estudos culturais.

Retornando a Richard Hoggart (1973), verificamos que o seu objeto de pesquisa é a classe trabalhadora, a quem chama de “gente do povo” (HOGGART, 1973, p. 16), cujo espaço de investigação são os bairros do operariado inglês, especialmente o ambiente cultural dos trabalhadores urbanos que, teoricamente, em alguns estudos anteriores, estariam “ameaçados” pelos impactos dos meios de comunicação de massa. Metodologicamente, esse crítico da literatura apropriou-se dos estudos literários românticos desenvolvidos na Inglaterra antes da década de 1950, bem como da própria mentalidade sobre as experiências culturais familiares que vivenciou. Essa forma de trabalho foi importante para preencher algumas lacunas deixadas pelos “deformados” estudos literários a respeito da classe trabalhadora em discussão naquele momento.

No entanto, de forma alguma Hoggart (1973) despreza totalmente os romances como fontes históricas, pois para ele é possível encontrar pontes de diálogos desses estudos com outras disciplinas em caráter interdisciplinar.

Essa perspectiva de trabalho, exposta por Hoggart (1973, p. 25), permite compreender o “estilo cotidiano”, de vida difícil, da classe operária, e de maneira alguma pode ser compreendida como sociocultural homogênea, visto que a experiência do cotidiano das pessoas comuns é feita por múltiplas faces. Por isso, esse estudioso é importante na confecção de estudos que tratam da cultura popular, uma vez que nos orienta para não cairmos no erro de dizer que as classes populares são facilmente “manipuladas” pela ideologia dominante. Assim sendo, o termo cultura não pode ser tomado no sentido homogêneo, pois entendemos que, para Richard Hoggart (1973), isso é negar as diferenças culturais existentes entre os sujeitos e seus grupos. A ótica de Hoggart (1973) trata a cultura como algo heterogênea, ou seja, sobre esse ponto de vista o autor considera que a cultura é plural.

Nesse cenário, Richard Hoggart (1973) faz um esforço para entender as modificações culturais da vida moderna do “homem comum”, no sentido de caracterizar o grau de relação de sociabilidade hierárquica que é construída pela classe trabalhadora, observando formas de vestir, falar, comer, moradias, empregos dentre outras, sem para tanto recorrer à análise totalizante.

Ao fazer isso, Richard Hoggart (1973, p. 29) observa as mudanças e as continuidades que perpassavam a cultura do proletariado inglês, principalmente após a chegada dos meios de comunicação de massa ou indústria cultural, como diriam Adorno e Horkheim (2002), pulverizada na classe trabalhadora. Em referência a esse aspecto, o autor alerta que a “velha” identidade cultural do mundo urbano vivia um processo paulatino de ameaça pela “nova” cultura urbana que ora se delineava, a qual chama de cultura urbana de segunda geração, que em suas palavras seria “menos saudável”.

Em contrapartida, Richard Hoggart (1973) não percebia a classe trabalhadora como totalmente massificada, alienada e dominada pelo encantamento da imprensa (mídia), como muitos teóricos defendiam e defendem. Mas aponta que existem pessoas das classes comuns que sabem absorver, selecionar e classificar aquilo que pode ser absorvido por elas. Daí o entendimento de que muitas das heranças culturais identitárias (rezas, crenças, mitos, formas de comunicação oral, festas, costumes e tradições), mesmo estando dentro de um mundo urbanamente moderno, capitalista e globalizado, eram preservadas pela classe proletária, que tem raízes históricas no mundo rural.

Dessa maneira, os apontamentos feitos por Richard Hoggart (1973, p. 37), através dos estudos culturais, ajudam a perceber que as identidades, expressões culturais (costumes, normas, festejos, crenças), fruto de uma tradição cultural e socialmente construída não se perdem, elas se transformam com maior ou menor autonomia, de acordo com o contexto de imposições, mas também de apropriação e reinvenções “subversivas” que geram autonomias.

O enfoque fornecido por Hoggart (1973) trata cultura como algo heterogêneo, ou seja, sobre esse ponto de vista, o autor considera que cultura e identidades são processos múltiplos e não monolíticos, como muitos consideravam. Enfatizamos, assim, que as identidades e formas de tradições culturais permanecem fortes e, em larga medida, utilizando as estratégias da própria globalização para manterem-se vivas. Assim, quiçá a luta desses atores sociais seja positivamente uma forma de usarem a seu favor as discussões do “mundo globalizado”.

A contribuição teórica de Raymond Williams (2011, p. 18-19) é relevante para os estudos culturais, tendo em vista o olhar clínico com o qual este crítico literário observou a história do desenvolvimento do conceito da palavra cultura, através da

literatura enquanto uma investigação social. Destarte, para Williams (2011), toda cultura tem uma formação histórica socialmente construída e essa história de vida dos sujeitos necessita ser problematizada.

Para Maria Elisa Cevasco (2003), o termo cultura, desde o século XVI estava ligado à palavra cultivar, já no século XVIII metamorfoseou-se, adquirindo novos contornos e significados, ligando-se ao termo erudito (obras, arte, instituições, culto); e chegando ao século XIX como sinônimo de civilização. Nessa perspectiva, a preocupação de um dos mais conceituados fundadores dos Estudos Culturais, Raymond Williams (2011), conforme assevera Cevasco (2003, p. 13), é de reformular o conceito de cultura, especificamente no pensamento dos escritos da tradição literária inglesa moderna, especialmente no período que vai do século XVIII ao XIX.

Inspirada nos trabalhos de Raymond Williams (2011), Maria Elisa Cevasco (2010) faz uma espécie de revisão bibliográfica para refletir a respeito do assunto na Inglaterra moderna. Notoriamente a autora mostra que, a partir dos estudos de Williams (2011), a palavra cultura passa a ser vista de forma plural: “Cultura é todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual” (WILLIAMS, 2011, p. 58).

Nesse sentido, para Raymond Williams (2011) a palavra cultura é transversal, ou seja, ela é capaz de perpassar por todas as esferas de práticas sociais (humanas). O sentido de cultura trabalhado por Raymond Williams está em sintonia com os trabalhos de Richard Hoggart (1973), quando ambos enfatizam que todas as classes são produtoras de cultura, inclusive a classe proletária. Nessa direção, de forma alguma o termo cultura poderia ser atribuído apenas à conservadora classe elitista e letrada da sociedade inglesa, quer dizer, a cultura não diz respeito apenas à produção do que via de regras costuma chamar-se obra de “arte”, mas como algo “ordinário”.

De acordo com a concepção de cultura exposta por Raymond Williams (2011), Cevasco (2003, p. 19) afirma que a proposição do autor era de elaborar uma teoria de uma cultura em comum, ou seja, uma cultura feita por todos e para todos, sem para tanto tornar especial um determinado grupo de pessoas (cultura de minoria - os produtores) em detrimento do grupo de consumidores (maioria). Por isso, o autor sinaliza no sentido de democratizar a cultura, ou seja, tornar plural o

entendimento, as concepções do que são as culturas, portanto, capaz de contemplar todas as camadas sociais, visto que Williams (2011) pensa cultura como algo acessível e produzido por todos, isto é, em uma cultura participativa, e não reservada apenas aos membros da elite (burguesia e nobreza).

Vale ressaltar que o trabalho de Raymond Williams (2011) ancora-se teoricamente em Karl Marx, Mikhail Bakhtin, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Antonio Gramsci. É a partir desses teóricos que Raymond Williams (2011) começa a tecer o fio condutor que vai questionar o desenvolvimento do conceito de cultura em vigor na Inglaterra. Para tanto, observa, inclusive, as mudanças na vida política, social e econômica daquele país. Metodologicamente, Raymond Williams (2011, p. 25) realiza o seu trabalho mediante análise dos depoimentos de pensadores da literatura inglesa, como Edmund Burke, Robert Owen, William Cobbett, Robert Southey, T.S Eliot, dentre outros, cuja finalidade é dissecar as metamorfoses, temporal e espacial, que o termo cultura significou ao longo dos tempos.

Nesse prisma, salienta Raymond Williams que “Pode-se dizer que o desenvolvimento da palavra cultura é um registro de importantes e permanentes transformações na vida social, política e econômica” (WILLIAMS, p. 16). Dessa maneira, para Raymond Williams (2011) a análise da palavra cultura deve ser pensada pela ótica plural, em um diálogo interdisciplinar com a sociologia, a história, e a antropologia, no sentido de compreender todo modo de vida de uma comunidade.

O esforço de Raymond Williams (2011) mostra-se pertinente no sentido de compreender o conceito de cultura situado dentro de um novo contexto histórico marcado por uma “nova” sociedade (capitalista) industrializada e evidenciada pela cultura da individualidade, da desigualdade social e da suposta massificação das pessoas através dos meios de comunicação. Dessa maneira, são as informações, levadas pelas mídias às massas, que têm o poder de influenciar a opinião pública, ou seja, elas têm o poder de seduzir as pessoas para criar verdades entendidas ou apresentadas como absolutas e encobrir outras possibilidades, inclusive a de dizer não. Entretanto, mesmo a mídia não sendo, na sua ampla acepção terminológica, “democrática”, não se pode considerar a sociedade como sendo simplória vítima (dominados) das mídias (dominadores), pois o povo, mesmo sendo de uma categoria vista de baixo, não é facilmente manipulado, como se imaginava ser.

Vale lembrar, que a contribuição dada pelos estudos culturais marxistas foi no sentido de entender a cultura como sendo influenciada pelas relações políticas e econômicas. No dizer de Raymond Williams, “Estamos atingindo, a partir de vários caminhos, um ponto em que se pode realmente elaborar uma nova teoria geral da cultura” (WILLIAMS, 2011, p. 18). Na percepção de Souza (2010, p. 65) ao estudar Williams (2001), a cultura é tomada como um sistema de “significações” realizado, ou seja, trata a cultura como algo indissociável dos aspectos políticos, econômicos, lazer, privado, espiritual, modos de vida e diferentes formas de entretenimento dos diversos tipos de seguimentos sociais.

A partir dessa geração de críticos literários, observa-se o desejo de quebrar paradigmas socialmente estabelecidos e fornecer uma nova roupagem no que diz respeito às análises e interpretações culturais. Suas visões buscam observar ocorrências que sempre foram colocadas à margem pelos estudos culturais da “alta cultura”, em detrimento da cultura das pessoas da chamada, “baixa cultura”. No Brasil, Martha Abreu afirma que muitos estudos ignoraram, distorceram ou viram a cultura negra apenas como mão de obra escravizada, desconsiderando suas percepções de mundo, identidades, relações étnico-raciais e formas de expressões culturais ensejadas pelas populações negras.

E. P. Thompson (1987, p. 13), partindo de uma abordagem histórica, preocupa-se em “reconstruir” as práticas cotidianas da cultura das pessoas marginalizadas socialmente (tecelão, meeiro, artesão, sapateiro), ou seja, a cultura dos trabalhadores da Inglaterra.

Em seus estudos Thompson, envereda-se na discussão sobre a relação dicotômica das formas de resistência da classe trabalhadora contra o chamado modelo violento e opressor dos proprietários dos meios de produção (industrialismo), como eram tratados, especialmente pelos folcloristas; ou seja, “Nele, o historiador vai argumentar que a identidade da classe operária vai ter sempre um componente político e conflitual, independente de valores e interesses culturais particulares” (PRYSTHON, 2010, p. 2). Logo, é a partir dos aspectos econômico-culturais que Thompson vai tecer a história das pessoas menos abastados da sociedade, ou melhor, a história vista de “baixo”, bem como a formação da identidade cultural da classe trabalhadora que no entendimento do autor não pode ser desqualificada. Nessas condições, a lente usada por Thompson enxerga que no cerne da classe

trabalhadora existem seguimentos com identidades distintas, a saber, escoceses, irlandeses, franceses, palestinos, israelenses, negros. Ademais, dentro de cada seguimento supracitado, existem diferenciações ligadas aos saberes, condições e relações sociais. Logo, homogeneizar esses grupos seria renegar as diferenças culturais e identidades plurais que cada sujeito construiu de acordo com as suas referências, como, à guisa de exemplo, crenças religiosas, valores, identidades e origens diversas.

As concepções apontadas por Thompson (1987), em “A formação da classe operária inglesa”, mostram ainda a sua crítica aos estudiosos dos movimentos da cultura popular, pois na sua percepção esses estudos permanecem no campo daquilo chamado por ele de “visão espasmódica”.

Ao teorizar sobre a “visão espasmódica” presente na literatura inglesa, E. P. Thompson considera que esses autores negam o poder de organização política coletiva da classe trabalhadora, negam, sobretudo, a possibilidade de que em tempos de crise as classes populares ajam de forma articulada, organizada, pensada (agindo sob estratégias), aceitando a versão mais simplória de que as ações de reivindicações e mobilizações desses sujeitos coletivos são feitas de maneira desarticulada, desordenada, aleatória e desconexa; comandada apenas pelo estímulo biológico, ou seja, apenas por instinto.

Em Thompson (1987) observamos que os trabalhadores não podem ser vistos como simples vítimas passivas, nem tão pouco apenas como força motriz no campo do trabalho, visto que, para Thompson (1987, p. 12), essa forma reducionista de análise da classe trabalhadora minimiza e obscurece o papel político desempenhado por esses sujeitos ao longo da história em detrimento dos poderosos e vencedores dessa história.

De acordo com o entendimento de Thompson (1987, p. 20), a atividade política não pode ser encarada como uma atividade restritiva das elites, mas algo que está aberto à participação da gente menos abastada da sociedade, visto que, nos processos culturais, as “classes populares” ou subalternas, historicamente, são também sujeitos ativos no campo político e nas relações que envolvem poder. Nesse prisma, o delineamento apontado pelo autor também direciona para uma nova concepção de cultura, divergente da fronteira proponente pela elite para o

conceito, isto é, aquela que defende a atividade cultural apenas no seio das “classes burguesas”, balizadas no campo do saber “erudito” e da “arte”.

Em diálogo com a perspectiva de Thompson, Marilena Chauí (2008) assevera que o pensamento ocidental iluminista de cultura não considerou os costumes, tradições, valores, identidades, formas de vida das classes sociais, que constituem o tecido social. Desse modo, a cultura passou a ser vista como posse de certos conhecimentos, a saber, literatura, arte e línguas.

No que concerne à contribuição de E.P. Thompson (1987), destaca-se ainda a sua capacidade de fomentar o desenvolvimento da história social inglesa, numa linha de estudos com pensamentos marxistas. É importante lembrar que Thompson entendia a cultura enquanto uma luta entre modos de vida diferentes, e não como uma forma de vida global.

Nesse entendimento, Thompson (1987) procura compreender as práticas de resistência dentro da dinâmica das ‘subculturas’ “[...] em especial a dos jovens, a das tribos que agitam o cenário cultural britânico” (CEVASCO, 2003, p. 76), sendo, portanto, um tema de suas pesquisas no Centro de Estudos Culturais Contemporâneo de Birmingham. Esses estudos alcançaram impacto significativo no plano da política e da intelectualidade de cunho esquerdista, quer dizer, foram além dos muros acadêmicos. Assim sendo, fica claro o exercício da militância política fomentada por esse teórico, no sentido de provocar mudanças sociais, como também enriquecer o cabedal de produção intelectual para balizar debates endógenos e exógenos. Nesse prisma, para Thompson a cultura é uma força determinante na sociedade, ou seja, a cultura é o verdadeiro agente transformador da sociedade.

Conforme Angela Prysthon (2010), a partir do fomento dado pelos trabalhos de Thompson, vai acontecer uma adesão maior de jovens aos programas de pós-graduação, preocupados em debater o papel que a cultura exerce no campo da política, como também pelo legado deixado pela chamada cultura de massas e seus reflexos cotidianos.

Nessa perspectiva, coube aos pesquisadores da *New Left* verificar a cultura enquanto constructo social e não natural. Vale observar que as discussões propostas por Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson para tentar reformular o conceito de cultura tinham o objetivo de tirar do anonimato, através da

educação, a cultura dos trabalhadores (dita baixa cultura), em oposição à cultura defendida pela elite (alta cultura) e que tais noções são construídas a partir das premissas vinculadas pelo materialismo cultural.

Assim sendo, a análise do processo sócio histórico, sob viés econômico-social (materialismo cultural), procurará problematizar “temas” antes deixados à margem por outros estudiosos e/ou trabalhados de maneira singular. A forma de trabalho desses pensadores ajuda a pensar a vida do homem pós-moderno, evidenciada num mundo carregado de contradições econômicas, políticas e sociais, por meio dos aspectos culturais.

Analisar as dimensões e particularidades do universo cultural da classe operária da Inglaterra pela ótica dos estudos culturais é importante para entender a produção de cultura não como um espaço privilegiado da elite, mas em comum a todas as pessoas; as formas de resistência e sobrevivência da chamada cultura popular que vive em constante transformação.

### **Os estudos culturais no Brasil e questão da construção da identidade nacional e a cultura da cordialidade**

No Brasil, os estudos culturais encontram ecos nas obras da crítica cultural brasileira de Sérgio Buarque de Holanda (1995), no livro “Raízes do Brasil”; Gilberto Freyre (1998), em “Casa Grande e Senzala”; e em Caio Prado (1994), no seu “Brasil Contemporâneo”. Para Castro Rocha (2013), em “Literatura e Cordialidade”, trata-se de clássicos importantes que ao lado de “vozes” da literatura brasileira, contribuíram para entender a construção da identidade nacional.

Os estudos de Holanda revelam sua pertinência para a discussão, na medida em que ainda hoje esse grande ensaio orienta, mobiliza e fomenta discussões acadêmicas a respeito das identidades culturais do Brasil. Este ensaio, de sentido sociológico weberiano, busca mapear a formação cultural da sociedade brasileira e os seus dilemas para a contemporaneidade.

Embora, a perspectiva apresentada por Holanda, para pensar o estatuto da formação cultural do país, marginalize a figura dos negros e dos indígenas na construção do povo brasileiro, e em contrapartida exalte a plasticidade portuguesa de adaptar-se ao trópico sem orgulho de raça; a perspectiva ensejada por Sérgio

Buarque de Holanda (1995) distingue-se largamente das assertivas apresentadas por Gilberto Freyre (1998), em “Casa Grande e Senzala” e Caio Prado Junior (1994), no seu, “Formação do Brasil Contemporâneo”, pois estes dois últimos destacam a integração da figura do negro e do índio no processo de formação da identidade nacional.

Deste modo, Freyre, salienta ainda como positiva a mestiçagem (negro, índio e branco) do povo brasileiro e não como um atraso, como revelava Holanda, em “Raízes do Brasil”. Para Freyre (1998, p. 366), a mestiçagem ajudou inclusive na perspectiva de diminuir a segregação racial no país. Para tanto, Freyre, constrói esse raciocínio sem perder de vista a herança ibérica nos trópicos, enfatizando o domínio cultural dos indígenas pelos jesuítas, através da força mística (religião) e a “Casa Grande”, como um lugar de coesão social para os negros (espaço das decisões dos senhores de engenho).

Ao discutir sobre “Vida social” do Brasil, inspirado no marxismo, Caio Prado Junior (1994, p. 341), tematiza sobre a organização política, social e administrativa, dando ênfase à questão dos escravos na formação da cultura brasileira, bem como, as classes sociais que foram sendo forjadas historicamente no país. Alguns trechos da sua obra revelam-se bastante problemáticos, na medida em que acrescentam os negros como pessoas desprovidas de cultura, ou seja, desconsidera todo o cabedal cultural trazido pelo negro e aquele que ele construiu e adensou a sua vivência e experiência árdua e sôfrega em terras brasileiras (PRADO JUNIOR, 1994, p. 285). Essa perspectiva é limitada acerca da leitura que realiza destes povos, uma vez que, na sua linguagem, vão pouco além de simples ferramentas de trabalho no Brasil Colônia.

No capítulo “O Homem Cordial”, de “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda (1995), se aproxima da linguagem antropológica de Gilberto Freyre (1998) e do pensamento marxista de Caio Prado Junior (1994, p. 342), quando coloca como uma das questões principais, as discussões concernentes ao modelo de sociedade rural construída sobre o viés patriarcal e arcaico brasileiro. Seguindo essa ótica, Holanda busca no passado compreender a cultura da personalidade brasileira no tempo presente, ressaltando, sobretudo, que nesse tipo de sociedade o homem era “rei”, e que as mudanças feitas por influências exógenas na cultura aconteciam de forma lenta e gradual.

Mediante o incipiente processo de urbanização, Holanda (1995), salienta que a cultura rural influenciou nos aspectos culturais citadinos, tendo em vista que as cidades dependiam do campo (não existia uma geografia definida que se separa o campo da cidade). No entanto, com a abolição da escravidão, aos poucos vai se consolidando no Brasil um mundo urbano, a partir de uma nova classe social (burguesia), que ainda arraigada ao mundo rural, fazia das institucionais públicas um campo de espaço privado. Dessa forma, os partidos políticos que, em teoria, seriam representantes do povo, eram na prática considerados como uma extensão familiar.

Neste prisma, Holanda, em o “homem cordial”, procura mostrar que a contribuição desse homem à civilização brasileira não era interessante, visto que a personalidade do “homem cordial” não estaria reduzida apenas à ideia de “gentiliza” ou “cordialidade”, mas incluía também aspectos de um indivíduo desregrado com pouco apressamento ético, fazia ou confundia o espaço público com um lugar privado.

Apropriando-se do texto de Holanda (1995), Castro Rocha entende que “homem cordial” é um sujeito que não faz distinção entre o público e o privado e classifica essa ocorrência como “hipertrofia da esfera privada” (ROCHA, 2003, p. 29). Acrescenta Holanda lembrando que o patrimônio está acima das estruturas e o tratar da coisa pública, deve ser visto tão somente pela ótica pública e não pelo crivo privado, como acontece no Brasil, pois família (privada) e estado (público) pertencem a ordens distintas.

Seguindo este norte, Holanda faz um alerta afirmando que “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda, menos a integração de certos agrupamentos, certas vontades particulares” (HOLANDA, 1995, p. 141). Dessa forma, o autor de Raízes do Brasil faz uma crítica à ausência de ética republicana nas instituições públicas do Brasil, demonstrando que o valor do indivíduo é representado pelo que significa na sociedade e não pela competência que deveria ter.

Nessa perspectiva, debatida por Holanda, o “homem cordial” é um sujeito que transita sem preocupação no espaço público e no privado, confunde que o ambiente público com o particular. Desconhecedor das regras na administração pública, a prática da cordialidade busca dar sempre um “jeitinho brasileiro” às coisas que por vias republicanas, não estariam ao seu alcance. Ele é antes de tudo, no dizer de Caio Prado Junior e de Holanda, um ser corrupto e corruptor, imoral e violento, que

compromete o bom funcionamento da administração pública da sociedade brasileira. Nas palavras de Holanda, o “homem cordial” é um homem sem polidez.

É importante mencionar que para compreender o “homem cordial”, de Holanda (1995), Castro Rocha (2013) analisou os textos literários de Gonçalves Magalhães, José de Alencar, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, dentre outros nomes da literatura brasileira, uma vez que, via de regra, a literatura sobreviveu da amizade sociabilidade. O autor acrescenta ainda que por muito tempo os grandes nomes da literatura como Jorge Amado, Clarice Lispector, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, escreveram obras importantes para compreender a história do Brasil (sociologia, economia, cultura).

Desse modo, para Castro Rocha foram estes os “verdadeiros” interpretes da cultura brasileira, visto que não existiam no país universidades para formação acadêmica de sociólogos, historiadores, antropólogos ou cientistas sociais. Até os anos 40 essas disciplinas se realizaram por meio de literários e ensaístas. Nesse sentido, destaca-se a importância que estes escritores exerceram na cunhagem de livros e romances para falar e até mesmo inventar a cultura nacional.

Essa perspectiva, apontada por Castro Rocha (2013), o Estado não é patrimônio particular das elites dirigentes, pois o seu objetivo deveria ser o de servir a nação (cidadão). Nesse sentido, estabelece-se uma aproximação entre Castro Rocha (2013), Holanda (1995) e Caio Prado (1994), quando estes afirmam que o singular vale mais que o plural na sociedade brasileira - as tomadas de decisões públicas são firmadas nos espaços públicos, mas sem a participação do povo.

Assim sendo, Castro Rocha, em consonância com Caio Prado Junior a República, fez do Brasil um Estado constituído, mas não uma Nação, porque inexistiria no país o exercício da chamada cidadania plena. Ao analisa Lima Barreto, no seu “Policarpo Quaresma”, Castro Rocha observa na concepção daquele literário existe um divórcio profundo entre o Estado brasileiro constituído e o cidadão brasileiro; ou seja, entre um Estado que surge a partir de um acordo entre as elites e uma cidadania que precisa amadurecer. Para tanto, assim como os expoentes dos estudos culturais na Inglaterra, ver na cultura o agente transformador da cordialidade brasileira, tendo em vista a alta carga ideológica que carrega.

Nesse cenário de discussões, Castro Rocha no seu livro “Literatura da Cordialidade”, encontra-se novamente com Holanda, para concordar que a

cordialidade brasileira (hospitalidade, generosidade, lhanza no trato, emotividade, gentileza, cortesia, bondade), “Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras, civilidades” (HOLANDA, 1995, p. 147), ou seja, tais conceitos não significam uma pessoa pacífica essencialmente “humana”. Considerando a importância de discutir o tema Castro Rocha vai investigar através da literatura brasileira o espaço público e o homem cordial de Holanda para compreender que a “essência” do homem cordial é violenta e hostilizante.

Nessa linha de pensamento, José Guilherme Merquior (1972, p. 225) mostra que esse tipo de comportamento perceptivo a respeito da identidade brasileira foi construído através ideia de herança cultural dos países ibéricos. Corroborando com a discussão este autor, acrescenta que herdamos do Ocidente o catolicismo, o autoritarismo e a desvalorização para o trabalho e a inclinação para cultura da cordialidade em vigor até hoje. Diante destes aspectos elencados por Merquior (1972), ele fala da crise da cultura na civilização moderna brasileira. Nessa concepção Merquior (1972, p. 238), ainda lembra que continuamos a viver uma crise da cultura, mesmo vivendo sob a égide de uma sociedade racionalizada pela modernidade.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o “homem cordial” de origem patriarcal é um sujeito ameaçado pela industrialização e modernização do espaço urbano, feita no país a partir da década de 1930. Dessa forma, ele deveria se adaptar às novas regras sociais impostas pelo sistema capitalista, ainda que vestígios dessa relação ou confusão entre os espaços públicos e privados continuassem a marcar, a fazer parte, da mentalidade que surgia paralela ao processo de urbanização que se delineava.

Ao tematizar sobre o processo de modernização do Brasil, no livro “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre (1998) observa a formação e a decadência da família patriarcal com a chegada do processo de urbanização brasileira. Ao ponderar sobre as heranças culturais do campo para a cidade que ora se modernizava e transformava as suas relações sociais no universo da cana-de-açúcar, Freyre (1998), revela que o “Senhor” está fadado ao perecimento.

Nessa conjuntura, Freyre, descendente de tradicional família pernambucana, revela o olhar saudoso, tomado de melancolia para um mundo que efetivamente não vivenciou, qual seja, a sociedade colonial. Percebe que a cultura rural, de bases

patriarcais, encontrava-se ameaçada por um “novo mundo”, de cultura urbana e industrializada (sociedade desumana, desligadas dos vínculos familiares), que suplantaria a sociedade do engenho, das relações supostamente matizadas pelo ideário da “democracia racial” entre senhores e escravos que ajudou a fomentar com sua obra.

Assim, como fez Holanda (1995) e Gilberto Freyre (1998), Caio Prado Junior (1994) mergulhou na história do Brasil, especificamente no período de transição entre Colônia e a Nação, para tentar compreender nas dimensões (geográfica, econômica, política e social) do passado o Brasil que vivenciava no contexto naquele contexto de escrita.

Aproximando de outros estudiosos contemporâneos como Castro Rocha e Caio Prado Junior (1994), afirmava que a constituição do país ainda não tinha acontecido, ou seja, o Estado brasileiro ainda não se tornara Nação (o poder constituído e o exercício da cidadania plena ainda não se encontravam, segundo ele, estabelecidos). Isto significa dizer que os elementos do passado brasileiro engessavam a construção da identidade nacional.

De acordo com o pensamento desses teóricos, a cultura da cordialidade ainda se revelava no contexto que vivenciava, sobretudo na forma corporativista, quer dizer, a manifestação da cultura da cordialidade contemporânea a ele, mostrava-se quando as pessoas se agregavam a determinado grupo, como (associações, sindicatos, partidos políticos, clubes), por conveniência de interesses particulares.

Seja para Holanda, Freyre ou Prado Jr, em que pese os distanciamentos nos estudos culturais e análises que oferecem, no sentido de problematizar e compreender a formação histórica do Brasil; fica patente nesses ensaios certa perspectiva negativa a respeito da identidade ou daquilo se costumava chamar de “caráter nacional” do brasileiro. Dessa forma, os teóricos discutidos acima ressaltam que esse tipo de comportamento social trouxe implicações negativas para construção de uma sociedade moderna para o Brasil, ou seja, são tomados como sintoma da fragilidade da nossa identidade nacional, supostamente adulterada pela cultura da impessoalidade.

## **Considerações Finais**

Considerando a importância de sistematizar as reflexões sobre o tema, recorreremos aos estudos de Frederic Jameson (1989), François Lyotard (1979), Zygmunt Bauman (2007), Stuart Hall (2002). Enveredamos nessa discussão para pensarmos sobre como são construídas as identidades no campo da cultura na chamada pós-modernidade, por meio dos estudos culturais na atualidade. Inclusive como esse processo acontece vinculado ao campo da política.

Conforme Angela Prystonh (2010, p. 4), foi a partir dos trabalhos dos franceses, Derrida, Deleuze, Michel Foucault, François Lyotard dentre outros, que nasceu o conceito de Pós-Modernidade. Segundo salienta François Lyotard (2003, p.11) a pós-modernidade é época na qual as metanarrativas são questionadas, visto que seria praticamente impossível se estabelecer regras sociais gerais. Cabe destacar que as investigações de Lyotard acontecem frente às mudanças sociais decorrentes das transformações tecnológicas; bem como num contexto segundo o qual o saber, o conhecimento, enquanto transmissão da informação, ganha *status* mercadológico, numa perspectiva bastante problemática.

Ampliando o leque dos estudos culturais produzidos na Inglaterra sobre a classe operária, os chamados estudos pós-modernos se caracterizaram por abordar identidades ditas fragmentadas, que fugiam as metanarrativas que buscavam sentidos coletivos e homogêneos nas identidades nacionais e passaram a abarcar temas como etnias, gêneros, raças, homossexualidades (LOYTAD, 2003, p. 12). Suas críticas giravam principalmente em torno aos valores da sociedade ocidental, oriundos do Iluminismo, do racionalismo e da Revolução Industrial. É relevante lembrar que os pensadores pós-modernos fazem também críticas consistentes aos meios de comunicação de massa, como forma de mascarar realidades, tendo como pano de fundo a busca pela dominação através dos símbolos. Entretanto, de forma alguma vela a possibilidade de recepção pelo sujeito.

Em referência às contribuições dos expoentes dos estudos culturais da Inglaterra, o estudioso americano Frederic Jameson (1989), ao discutir sobre as construções dos estudos culturais na Pós-modernidade, afirma que no pós-modernismo as pessoas são jogadas no caos e na miséria, por meio da exploração do sistema capitalista do mundo globalizado.

Ao aprofundar a discussão sobre as perspectivas culturais na dinâmica da Globalização e da Pós-modernidade, o autor destaca que “a globalização e a pós-

modernidade são as duas faces do nosso tempo: pós-modernidade é a esfera cultural e globalização é a esfera econômica<sup>vii</sup>. Neste sentido, para Frederic Jameson, no pós-modernismo o produto cultural torna-se mercadoria e o que importa às relações humanas é a noção de espaço.

De acordo com Jameson, a configuração espacial já não é mais a mesma, pois a partir da pós-modernidade não se sabe o limiar entre cidade e o campo. Isto significa que para Jameson, a insaciável cede do capitalismo numa perspectiva de Globalização causa sequelas também no ambiente rural, onde a figura do agricultor familiar, por exemplo, dá lugar ao empresário do agronegócio. Nessa ótica, o ser humano fica coisificado com um corte radical na cultura. Esta por sua vez, torna-se pela padronização produto mercadológico.

Corroborando com o debate sobre a construção de identidades na chamada pós-modernidade ou que prefere conceituar de “modernidade líquida”, o polonês Zygmunt Bauman (2007) afirma que a identidade na condição de vida contemporânea é líquida, quer dizer, ela vive em constante transformação. Mediante as questões levantadas pelo estudioso, observamos que a lógica vivida na chamada modernidade tardia é a de que a identidade se caracteriza por ser móvel e transitória. Nessa direção, consideramos que o efeito da chamada Globalização é devastador, além de banalizar as relações humanas, constrói relações de identidades cada vez mais artificiais e fragmentadas, pois em tempos de modernidade, ela dita as regras da vida que o indivíduo leva socialmente. Para tanto, cria uma indústria de identidades de correntes perenes, e nessa correnteza veloz da vida moderna não existe “pausa” para solidez, parafraseando Bauman, ela constitui-se como “modernidade líquida” (BAUMAN, 2007, p. 29).

A fala de Bauman associa-se a Stuart Hall (2002, p. 9), quando balizado em Hall, entende-se que as culturas são processos históricos dinâmicos e que a construção de identidades na chamada pós-modernidade, se dá exatamente por meio de constantes processos de troca, ou seja, na pós-modernidade um sujeito pode assumir várias identidades ao mesmo tempo, parte delas inclusive, contraditórias entre si.

De acordo com Stuart Hall (2002), as identidades culturais passaram por várias metamorfoses ao longo dos tempos. O autor afirma que na chamada pós-modernidade, a identidade não é algo fechado, mas percebida como construção

social, ou seja, é móvel e se estabelece de acordo com a complexa dinâmica cultural social.

Ponderamos, contudo, que nem sempre essas trocas se efetivam de maneira harmoniosa. Há conflitos silenciados e declarados nesse processo, relações de força em disputa, desigualdades de condições que, não raro, fazem um bem cultural se sobrepor a outro como mais “importante” ou “valioso”. Nosso desafio, portanto, é compreender e evidenciar essas questões, de forma a mostrar que elas são construídas nas relações que homens e mulheres, adultos e crianças, estabelecem em sociedade e não algo já dado pela lei da natureza.

É interessante destacar que mesmo entendendo a maneira como a chamada globalização tem inferido na dinâmica das sociedades, provocando o que se convencionou chamar de “descentramento dos sujeitos”, Hall enfatiza que as identidades locais permanecem fortes, e em larga medida, se utilizando das estratégias da própria globalização para manter-se viva. Assim, quiçá a luta desses atores sociais seja positivamente uma forma de usarem a seu favor, as discussões do “mundo globalizado”.

Diante do que foi elencado pelos expoentes ingleses afirmamos que os estudos culturais, numa perspectiva que trata a cultura vista de “baixo”, hoje encontram eco nas discussões acadêmicas do mundo inteiro. No entanto, percebe-se que a versão política para o grande público (operariado) fica fragilizada pelo debate. Destarte, entendemos que a diversidade de questões e a importância que a discussão ora travada fomenta, não deve ficar restrita apenas à academia, mas provocar o bom debate, sobre como estão sendo construídas novas relações de sociabilidade através da cultura das classes sociais menos abastadas.

Encarando os clássicos da literatura brasileira, acima evidenciados, numa ótica dos “estudos culturais”, observamos que são obras relevantes que contribuíram para explicar e entender a identidade nacional, num contexto em que o conhecimento acadêmico ainda era fragilizado. Assim sendo, seja para Holanda, Freyre ou Prado Junior, em que pesem os distanciamentos nos estudos culturais e análises que oferecem, no sentido de problematizar e compreender a formação histórica do Brasil; ficam patentes nesses ensaios certas implicações negativas a respeito de uma identidade que vem de longa data tentando ser criada, ou daquilo que se costumava chamar de “caráter nacional” do brasileiro.

Dessa forma, ao provocar a temática sobre os estudos culturais na Inglaterra e no Brasil, pensando a construção de identidades, foi necessário pensar as variáveis que esses estudos assumiram na Pós-modernidade. Logo, a identidade cultural na conjuntura atual da sociedade, marcada por um sistema capitalista globalizado, desqualifica a dignidade humana, e trata a cultura como produto mercadológico. Neste sentido, constatou-se que a identidade cultural na perspectiva Pós-moderna assume múltiplas facetas, ou seja, o homem moderno é um ser solitário, que não consegue construir e nem estabelecer relações sólidas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. [Tradução Juba Elisabeth Levy]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 24 abri. 2015.
- FREYRE, G. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. \_\_\_\_\_. In: *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HOGGART, R. *As utilizações da cultura*. [Tradução Maria do Carmo Cary]. Lisboa: Presença, 1973
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. O homem cordial. \_\_\_\_\_. In: *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAMESON, F. *O pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

- LOYTAD, François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 12.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MERQUIOR, José Guilherme. Situação do Brasil na Crise da Cultura. In: \_\_\_\_\_ . *Saudades do Carnaval: introdução à crise da cultura brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Forense, 1972.
- PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRYSTHON, Angela. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. In.: *Revista do Programa de Pós-Graduação em comunicação e linguagens*. Universidade Tuiuti do Paraná, v. 9, n. 1, p. 1-25, 2010, p. 4. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/216>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ROCHA, J. C. de C. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOUZA, Sérgio Luiz. *Fluxos da alteridade: organizações negras e processos identitários no nordeste paulista e triângulo mineiro (1930-1990)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita: Araraquara, 2010. Disponível em: <[http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/Sergio\\_Luiz\\_Souza.pdf](http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/Sergio_Luiz_Souza.pdf)>. Acesso em: 24 abri. 2015.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária trabalhadora inglesa*. [Tradução Denise Bottmann]. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. De Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> O presente artigo é parte de um trabalho desenvolvido em cumprimento às exigências avaliativas da disciplina Introdução aos Estudos Culturais do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

<sup>ii</sup> Doutora em Ciências Sócio Ambiental pela Universidade Federal do Pará-UFGPA. Professora titular do Mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: lillian.msr@gmail.com

<sup>iii</sup> Mestrando do Curso de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Bolsista da CAPES. E-mail: williansconselho@yahoo.com.br

<sup>iv</sup> *New Left* foi uma Escola de pensamento esquerdista inglês formada a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960 na Grã-Bretanha, pelos intelectuais: Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e Richard Hoggart. De acordo com o pensamento desses estudiosos, uma das principais contribuições da *New Left* seria estabelecer novos paradigmas no sentido de refletir o estatuto de pensar novas formas de fazer política. A respeito da discussão sobre a *New Left*, um interessante trabalho é desencadeado por Cevasco (2003, p. 88-97), no livro “Dez lições sobre Estudos Culturais”.

<sup>v</sup> A respeito da obra de Hoggart, vale esclarecer que o texto original foi publicado em 1957, no Brasil a edição foi publicada em 1973.

<sup>vi</sup> O termo vindo de “baixo”, exposto neste trabalho, foi utilizado no sentido de acenar que tanto Hoggart como Williams tinham laços familiares e raízes históricas nas classes trabalhadoras inglesas.

<sup>vii</sup> Trecho extraído da fala de Frederic Jameson no texto “**As faces do contemporâneo: Globalização e Pós-Modernidade em Fredric Jameson**” em 7 de junho de 2011, em entrevista ao Instituto CPFL Cultura. Disponível em: <<http://www.cpficultura.com.br/sites/default/files/singularidade.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

Received on July 20, 2015.

Accept on August 15, 2015.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.